

Distribuição restrita aos

Classificação:

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação

*País*

Periodicidade

Dia

*1.12.78*

Pág.(s)

Tendência política



Entrevista com a que  
poderia ter sido a  
Golda Meir portuguesa:  
**«O meu Governo  
teria cariz diferente...  
em que as mulheres  
não seriam excepção!...»**

*PAÍS 78* - afirmou *P1*  
Maria de Lurdes  
Pintasilgo

(pág. 28)

CONTINUA →

Maria de Lurdes Pintasilgo em exclusivo a «o País»:

# «É de ordem cultural a prioridade para vencer a crise portuguesa»

*A primeira mulher portuguesa que foi governante e que poderia ter sido a «Golda Meir portuguesa» — se lhe fosse entregue a incumbência de formar Governo —, apontada como «terceiro-mundista», revela-nos a sua maior preocupação, relacionada com os países industrializados*

FOI durante a transmissão do "Jornal" das vinte horas da TFI — entre imagens dramáticas do massacre da Guiana, obtidas por uma das vítimas até que a abateram com o habitual tiro na nuca — que soubemos ter sido nomeado Mota Pinto como primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional. E foi à entrada para a conferência de Imprensa de Giscard d'Estaing — no Eliseu, a sétima vez que no seu septanato o Presidente dá uma entrevista colectiva — que lemos no "Monde" a composição do novo Executivo português, já empossado pelo Presidente Eanes e em vésperas de apresentar o seu programa à Assembleia da República.

Por sinal, mais tarde, fomos assistir a mais uma sessão do plenário da 20.ª Conferência Geral da UNESCO, na qual participou a embaixadora permanente de Portugal naquela Organização, Maria de Lurdes Pintasilgo, um dos onze nomes que figuraram, por duas vezes, nas listas dos prováveis candidatos a primeiro-Ministro apresentadas por Ramalho Eanes aos partidos políticos.

Maria de Lurdes Pintasilgo, que foi a primeira mulher portuguesa a ter funções governativas — secretária de Estado da Segurança Social no I Governo Provisório e ministro dos Assuntos Sociais nos dois Governos seguintes, até ao "11 de Março" — poderia ter sido como que a "Gold Meir portuguesa"...

E surgiu uma conversa informal, pelos corredores do Palácio da UNESCO, pelos jardins de Fontenoy e ao longo da rue de Suffren, entre dois marcos bem parisienses que são a Eiffel e a Torre de Montparnasse.

"o País" — Na sua opinião porque é que o seu nome apareceu como possível primeiro-Ministro a indigitar pelo Presidente da República?

Maria de Lurdes Pintasilgo — Tudo isso me parece já tão longe!... Não esqueça que estou há nove semanas em reuniões ininterruptas com representantes de 141 países! São tantas as questões a enfrentar e as situações políticas que tenho de tentar compreender que não me fica tempo para encontrar novas interpretações de factos já passados...

— Mas certamente não esquecidos...

MLP — Pois não, claro. De certo modo, a distância até ajuda a perceber melhor o que se passou quando da indigitação do primeiro-Ministro do III Governo. Nas várias conversas que tinha tido com o Presidente da República, é natural que tivesse resultado as perspectivas cada vez mais definidas e concretas que dominavam as minhas reflexões sobre o nosso País. A tudo isso não era estranha a intensa experiência internacional que estou vivendo e que me leva a perceber o papel que Portugal pode ter no mundo.

**«Aquilo que para mim é uma exigência ética, é para os outros rótulo político»**

— E qual a ordem das razões que levaram, pelas duas vezes, o Presidente da República a preferir-la a favor de outros?

MLP — Razões pessoais, sem dúvida, em que avulta o facto de o Presidente da República ter encontrado pessoas que reuniam as qualidades que ele desejava ver num primeiro-Ministro. Mas também a opinião de alguns sectores políticos que teriam levado o Presidente a excluir quem, como eu, se considera devedor ao povo da sociedade nova que lhe foi prometida em 25 de Abril.

— Mas porque seria esse seu ideal ameaça para sectores políticos?

MLP — Porque aquilo que para mim é em primeiro lugar uma exigência ética é para outros um rótulo político.

— Por exemplo...

MLP — Olhe, o meu radical anticonformismo que é a minha maneira de desejar fazer sempre tudo o melhor possível... a necessidade enorme que sinto em passar das palavras aos actos inovando tanto quanto sou capaz o que, vejo-o todos os dias, faz mesmo medo às pessoas com tendências demagógicas... a minha preocupação dita, escrita, e espero que ouvida, por uma justiça social que todos tenham o que é essencial para viver...



CONTINUA →



— Noto em si uma certa impaciência na resposta às minhas perguntas sobre o facto de que poderia ter sido primeiro-Ministro. Porquê?

MLP — Justamente por essa coisa abstracta que é o “poderia ter sido”!... Mas não foi! Para mim é o que vivo e faço hoje que conta. Lembra-se de uma peça de teatro de Ionesco que passou já há muitos anos em Lisboa, chamada “As cadeiras”? Há dois velhos em cena. São arrumadores de cadeiras. E a certa altura a mulher diz ao marido velho: “Você poderia ter sido rei-chefe, imperador-chefe... arrumador-chefe, tudo-chefe...” E, um pouco mais tarde, o velho replica: “Doi-me, doi-me a vocação”.

— Não era a sua vocação, é o que quer dizer?

MLP — Não, não é bem isso. É que se ficamos presos ao que “poderia ter sido”, acabará por “nos doer a vocação”... Já basta, no que me diz respeito, que “me doa a vocação” do que “poderia ter sido” viver uma revolução aberta para o futuro, sem injustiças nem vinganças, sem oportunismos nem escaladas de poder, sem sectarismos nem clientelas... O resto, ao pé disso... é bem secundário, não acha?

### «Diálogo com as forças que constituem a base de uma verdadeira Democracia moderna»

— A minha insistência justificava-se pelos objectivos jornalísticos... Houve mesmo contactos consigo na qualidade de “primeiro-ministeriável”?

MLP — Tenho tido contactos relativamente frequentes com o Presidente da República durante os dois anos passados. Sem que nada a isso o obrigasse, o Presidente da República teve a grande cortesia de me informar directamente das suas decisões. Não foi certamente indiferente ao general Ramalho Eanes que um nome por ele sugerido, mesmo apenas a título indicativo do perfil necessário, tivesse encontrado apoio no Conselho da Revolução e em várias forças políticas e sociais.

Esses contactos provocaram, da sua parte, uma preparação

para a formação de um Governo?

MLP — Claro que não! Seria verdadeiramente a “carroça à frente dos bois”! E já agora gostaria de fazer um esclarecimento: anteriormente àquilo que se chama a formação de um governo há certos aspectos a considerar. Em primeiro lugar a estrutura do governo, em que princípios assenta e de que modo pode reflectir a intenção de servir o Povo eficaz e lealmente... Em segundo lugar, há obviamente a definição das linhas do programa do Governo, que tem de se adaptar em cada momento à situação do País. E, finalmente, há a formação de um juízo claro sobre a vontade do Povo através do estabelecimento de um diálogo com todas as forças políticas, sociais, económicas e religiosas, que podem constituir a base de uma verdadeira democracia moderna.

— Mas afinal preparou ou não um Governo? ...

MLP — Não. Já pensou o que seria os onze “primeiro-ministeriáveis” a tentarem formar governos, todos ao mesmo tempo? ...

MLP — Mas isso representa que, da sua parte não considerou seriamente a hipótese?

MLP — Pois não! A indigitação de um primeiro-Ministro não é um acto de geração espontânea. Impõe propostas, acertos, diálogo.

— O seu presumível programa de hoje teria a ver com aquele outro, de predominância económica, que ajudou a elaborar, em Sesimbra, com Silva Lopes, Vitor Constâncio, Rui Vilar e Melo Antunes, na crise que rebentou, depois, no “11 de Março”?

MLP — Repare que não tenho hoje a responsabilidade de fazer um plano global para o País, nem me julgo uma iluminada para saber o que é melhor para o seu povo... Mas como qualquer outro cidadão, é evidente que tenho um certo número de opções e de ideias... O que penso hoje das necessidades fundamentais do meu País não pode ser um mero decalque das ideias que no Inverno de 1974 pude incluir no programa de política económica e social do Governo. A situação do País é outra, as respostas são neces-

sariamente diferentes.

— Sob o ponto de vista feminino, a sua nomeação como primeiro-Ministro representaria um passo em frente no movimento da igualdade da Mulher em Portugal?

MLP — Julgo que só os factos é que poderiam permitir-me responder a essa questão. Não quero deixar de lhe dizer que nos movimentos femininos contemporâneos é geral a denúncia do que se chama a “mulher alibi”, isto é, a situação da mulher que preenche na sociedade um lugar normalmente ocupado pelos homens enquanto a grande maioria das mulheres continua na situação de dependência e opressão... E a sociedade repousando, depois, na sua boa consciência... Nenhuma mulher verdadeiramente solidária com as outras mulheres pode hoje aceitar uma função “importante” sem que essa aceitação signifique uma melhoria, de facto, da situação das outras mulheres.

Por outro lado, quando lhe falei na consulta prévia junto das forças sociais, seria para mim um subentendido que considerava fundamentalmente importante a maior ou menor solidariedade que encontrasse nas organizações femininas de todos os tipos.

### «Governo de cariz diferente em que as mulheres não seriam excepção»

— Pessoalmente, como foi a primeira mulher portuguesa a ser ministro, como encarava a eventualidade de ir para S. Bento?

MLP — Uma coisa é ser parte de uma equipa, outra coisa é chefiá-la... No entanto, julgo que guardaria dos tempos em que fui ministro a prática da colegialidade. Tentaria que essa colegialidade atravessasse horizontalmente todos os departamentos do Estado, na medida em que uma acção para ser eficaz tem de ser coordenada, e só se pode coordenar aquilo que está descompartimentado. Há rivalidades, duplicações, lacunas que mostram que o trabalho em equipa ainda não entrou nos nossos costumes.

— Teria limites na escolha

dos seus parceiros para um Governo?

MLP — Por que havia de o ser? As características que lhe referi logo no início desta nossa conversa constituiriam, para algumas pessoas e forças sociais, limites que elas seriam as primeiras a não querer ultrapassar. Sabe... a palavra do Evangelho é mesmo verdade: não se pode servir a dois senhores...

— E qual o rumo desse hipotético Governo?

MLP — Sem fugir à sua pergunta, tenho que lhe dizer que seria, ao mesmo tempo, previsível e imprevisível. Previsível porque há problemas colossais de ordem social e económica a que nenhum governo pode fugir. Imprevisível porque entre outros factores nele figurariam outras mulheres, o que daria logo à função governativa no nosso País um cariz diferente.

— Iríamos ter um Governo semelhante ao da Suécia de que fazem parte seis mulheres?

MLP — Repare que a questão não é quantitativa. O que acontece é que uma mulher que é solidária com as outras mulheres ao pensar em pessoas competentes — sublinho bem pessoas... — para a Economia, para a Justiça, para a Cultura, para os Negócios Estrangeiros (isto sem falar nas pastas tradicionalmente femininas, como a da Educação e a dos Assuntos Sociais) encontrar-se-ia perante um leque de personalidades em que as mulheres não seriam excepção.

### «A prioridade absoluta é de ordem cultural...»

— A crise portuguesa é apontada como sendo prioritariamente económica. Você é uma mulher dedicada, sobretudo, ao mundo da cultura. Nesta perspectiva, quais seriam para si as prioridades na acção?

MLP — Considero que a prioridade absoluta em Portugal neste momento é uma prioridade de ordem cultural. Explico: Que nós, portugueses, nos ponhamos juntos nos locais de trabalho, ao nível do poder local, nas várias associações de que fazemos parte, em todo o lado nos ponhamos a pensar e a discutir e a pôr em prática as



melhores soluções para os problemas em que estamos envolvidos. Para mim, a cultura é essa capacidade que todas as pessoas têm, independentemente da sua instrução, de encontrar soluções engenhosas para os problemas.

Não tenho dúvidas de que desta mobilização resultariam benefícios incalculáveis para a prioridade que no dia-a-dia parece mais óbvia e que é da nossa situação económica. Na verdade, hoje, internacionalmente, está provado que o desenvolvimento económico é um mero jogo de palavras, se uma sociedade não descobre, primeiro, os factores de ordem cultural que tornem esse desenvolvimento económico possível. E o nosso Povo já deu provas daquilo que pode o seu querer comum. O Povo Português sabe ser mestre do seu destino sem que ninguém lhe dite a receita.

## Engenheira com «tarimba na indústria»: CUF do Barreiro e energia atómica

— Não será uma versão motivada pelo facto de estar na UNESCO, de lidar todos os dias com a cultura...

MLP — Penso que não. Repare que esta já era a minha posição quando em 1972 votei contra o IV Plano de Fomento do Governo de Marcelo Caetano e, se quiser recuar ainda mais um tempo, descobrirá que esta convicção me vem precisamente do conhecimento diário que pude ter da máquina económica, ao longo dos anos que trabalhei nas fábricas do Barreiro da Companhia União Fabril.

Considero impossível que qualquer engenheiro que tenha feito, como costume dizer, a tarimba na indústria, não adquira uma noção muito clara do funcionamento da economia num país em processo de industrialização.

— Foi só na CUF que desenvolveu a sua actividade como engenheira?

MLP — Não. Na verdade, comecei a minha vida profissional — imagine, aonde? ... — na energia nuclear. Mas já então me parecia um logro estar numa investigação que passava ao lado dos problemas fundamentais do País.

— Nunca teve a intenção de se especializar, fazendo uma carreira especificamente de cientista?

MLP — Tive duas oportunidades muito concretas. Após um ano de energia atómica foi-me proposta, pelo então presidente da Junta de Energia Nuclear, a especialização em espectrometria de massas em Uppsala, na Suécia, por três anos. Afastei essa hipótese por ver a investigação destinada apenas a pessoas com uma grande capacidade criadora que pensava e pensou não ter.

Além disso, a razão que me tinha feito estudar Engenharia — o conhecimento e a partilha

da vida da classe operária — representava nessa altura uma boa oportunidade, que era ir trabalhar precisamente para o Barreiro.

— Porquê esse seu interesse pela classe operária?

MLP — A minha geração foi muito influenciada pela aguda consciência da situação da classe operária e entre os que somos cristãos pelo seu afastamento da Igreja. Era ainda o tempo, dos padres operários. Era também o tempo em que se escrevia sobre a desumanização da técnica. Entre outros pensadores, Simone Weil, uma professora de filosofia francesa de origem judaica, mas com uma espiritualidade profundamente cristã, que, para partilhar a vida dos operários, se fez operária, teve grande influência em mim, sobretudo pelo seu livro "A condição operária".

— Qual foi a outra oportunidade para seguir a carreira de cientista?

MLP — Foi um ano após a minha entrada na CUF: uma proposta feita pelo decano da Universidade de Princetown, nos Estados Unidos da América do Norte, sir Hugh Taylor — um nome dos mais brilhantes na Química do nosso tempo — para me doutorar na sua universidade.

— Desde fins de 1975 encontra-se como embaixadora de Portugal na UNESCO. Sente-se realizada?

MLP — Sabe que sou profundamente portuguesa? O que significa que me adapto facilmente e que ganho gosto por aquilo que faço, podendo-se dizer que isso me dá, de facto, satisfação. Mas, por outro lado, tenho sempre a nostalgia de outra coisa que se traduz numa inquietação intelectual constante.

## «Rede de mulheres cristãs»

— Aqui em Paris, o Graal continua para si?

MLP — O Graal é um movimento internacional, à partida. Isto significa que mantenho contactos com mulheres que trabalham nas equipas do Graal em todos os continentes e nos mais diversos países. Por outro lado, o Graal é basicamente uma rede de mulheres cristãs que se reconhecem com o mesmo espírito e o mesmo desejo de servir os outros e transformar a sociedade. Não faltam, por isso, oportunidades para dar forma a uma ideia tão ampla.

## «Apaixona-me o problema do primeiro mundo»

— Quando, um dia, deixar o lugar na UNESCO, quais são os seus objectivos de ordem pessoal?

MLP — Um está na continuidade do que acabo de lhe dizer — a contribuição das mulheres

na sociedade e o novo papel que cabe às mulheres na Igreja são pistas que requerem muito estudo, muito diálogo e muita acção concreta com outras mulheres, tarefas que neste momento apenas posso realizar esporadicamente. O outro objectivo vem com certeza causar-lhe surpresa, dada a minha reputação de "terceiro-mundista".

Verifico que não só os problemas do terceiro mundo tendem a agravar-se cada vez mais, como os países industrializados vêm questionado cada vez mais o seu modo de viver e de produzir.

Parece-me sem dúvida indispensável as acções inovadoras do terceiro mundo conduzindo, se possível, as formas de sociedade verdadeiramente autênticas, mas a evolução da sociedade portuguesa nos últimos quatro anos tornou claro para mim o que era já, antes, uma intuição: é preciso, é urgente que os países industrializados dêem a volta completa. Quero dizer: que se descubra qual é a alternativa de uma vida melhor nas sociedades onde há tudo. Actualmente, este problema apasiona-me.

## «O trabalho e o lazer não têm fronteiras»

— A que são entregues os seus tempos livres?

MLP — Devo dizer-lhe que me considero ainda pertencendo a uma sociedade primitiva e, por isso, muito longe desta sociedade industrializada em que há o tempo de trabalho e os tempos livres... Para mim, o trabalho e o lazer não têm fronteiras...

O meu trabalho é extremamente exigente, vejo dezenas de pessoas o dia inteiro, converso e trabalho em quatro línguas diferentes, movimento-me em actos muito diversificados. Como viu há pouco ali na UNESCO, o mero contacto informal nos "passos perdidos" obriga-me a interrogar-me com a descontracção americana, com o rigor e o misticismo indianos, com o calor e o entusiasmo mexicanos... No fim de um dia assim, o meu primeiro movimento é tentar não ver ninguém, nem falar com ninguém, para

tentar captar isso tudo que é o pulsar do mundo de hoje. Mas não precisaremos todos destes momentos de regresso ao "eu" interior?

## «O piano... ilusão que ficou para trás»

— Há algo que pretendeu fazer e não fez? E porquê?

MLP — Gosto imenso de música. A certa altura, ainda muito jovem, tive de escolher e fazer uma opção: ou o liceu ou o conservatório... Dos anos em que toquei piano ficou-me esta certeza que é talvez ilusão: que aí encontraria todo o repouso de espírito que por vezes desejo...

## «Ser independente»

— Tem-se falado da sua posição de independente...

MLP — Eu acho que não há ninguém independente. Não tomar uma posição é aceitar o "stato quo" e a lógica do sistema que estamos envolvidos, profissional ou outro. Receio muitas vezes que o rótulo de independente cubra uma demissão e um alheamento da coisa pública que é também uma tomada de posição política, agora por omissão. Se quiser, é um abstencismo permanente. No nosso contexto, o que se tem querido dizer por independente é o facto de não se pertencer a um partido. Como sabe, não pertence a nenhum partido, embora lhes reconheça um papel decisivo na vida democrática, sobretudo na educação cívica dos cidadãos.

— Não seria lógico que a sua preocupação pelo povo a levasse até à filiação num partido, como grande organização de massas?

MLP — Sou militante cristã há muitos anos. Como tal, e de forma específica através do movimento do Graal, faço parte do povo crente do meu país. Com ele tenho a tarefa que cabe a todos os cristãos: "anunciar a Boa Nova aos pobres", "tirar da servidão os cativos", "libertar os oprimidos", como dizem os evangelistas. Não acha que chega para uma vida?

